

Jornal do Engenheiro Agrônomo

Impresso
Especial

9912262447-DR/SPM
AEASP

...CORREIOS...

Impresso fechado pode ser aberto pela ECT

ANO 42, Julho/Agosto de 2012, nº 266



Exemplo de agricultura

Dez anos após as primeiras experiências, o iLPF começa a se disseminar pelo País. No Noroeste do Estado de São Paulo, iniciativa da APTA dá bons resultados | Pág 06

Entrevista

Ruim para a agricultura e para o meio ambiente, assim o engenheiro agrônomo Eduardo Castanho define o Código Florestal | Pág 11



Associação de
Engenheiros Agrônomos
do Estado de São Paulo
<http://www.aeasp.org.br>

Filiada a Confederação das Federações
de Eng. Agrônomos do Brasil (Confaeab)

Presidente Angelo Petto Neto

angelo.petto.neto@gmail.com

1º vice José Antonio Piedade

japiedade@ig.com.br | piedade@cati.sp.gov.br

2º vice Henrique Mazotini

henrique.mazotini@andav.com.br

1º secretário Ana Meire Coelho Figueiredo

anikka@lexxa.com.br

2º secretário Andrea Cristiane Sanches

andrea_sanches@uol.com.br

1º tesoureiro Tulio Teixeira de Oliveira

aenda@aenda.org.br

2º tesoureiro Celso Roberto Panzani

caccamp@terra.com.br

Diretor André Arnosti

andre_arnosti@hotmail.com

Diretora Francisca Ramos de Queiroz

nfr_queiroz@hotmail.com

Diretor Glauco Eduardo Pereira Cortez

glauco.cortez@uol.com.br

Diretor Luiz Ricardo Viegas de Carvalho

ricardoviegas@terra.com.br

Diretor Nelson de Oliveira Matheus Júnior

nmoliveira@codasp.sp.gov.br

Diretor Pedro Shiguero Katayama

pedrokatayama@bol.com.br

CONSELHO DELIBERATIVO

Alexandre Vieira Abbud, Arlei Arnaldo Madeira, Cristiano Walter Simon, Francisco Frederico Sparenberg Oliveira, Francisco José Burlamaqui Faraco, Guilherme Luiz Guimarães, João Sereno Lammel, José Eduardo Abramides Testa, José Luis Sussumu Sasaki, José Otávio Machado Menten, José Paulo Saes, Luiz Antonio Pinazza, Mário Ribeiro Duarte, Taís Tostes Graziano, Valdemar Antonio Demétrio

CONSELHO FISCAL:

Celso Luis Rodrigues Vegro, Luis Alberto Bourreau, Luiz Henrique Carvalho.

Suplentes: André Luis Sanches, Cássio Roberto de Oliveira, René de Paula Posso,

Jornal do Engenheiro
Agrônomo

Órgão de divulgação da Associação
de Engenheiros Agrônomos do
Estado de São Paulo

Conselho Editorial

Ana Meire Coelho F. Natividade, Angelo Petto Neto,
e Tulio Teixeira de Oliveira.

Diretor Responsável

Nelson de Oliveira Matheus

Jornalista Responsável

Adriana Ferreira (MTB 42376)

Colaboradora: Sandra Mastrogiacomio

Secretária: Alessandra Copque

Tiragem: 10.000 exemplares

Produção: Acerta Comunicação

Diagramação e Ilustração: Janaina Cavalcanti

Redação: Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar

CEP 01041-000 - São Paulo - SP

Tel. (11) 3221-6322 / Fax (11) 3221-6930

aeasp@sti.com.br/aeasp@aeasp.org.br

Envie mensagens com sugestões e críticas para
a editora: adriana@acertacomunica.com.br

Os artigos assinados não refletem a opinião da AEASP.
Permitida a reprodução com citação da fonte.

Esta é a primeira edição do JEA sob a nova diretoria da AEASP, empossada no dia 12 de julho passado. Desejo expressar a minha grande satisfação de assumir o comando de uma entidade que, ao completar 68 anos de existência, pode apresentar uma história de lutas e valorização da engenharia agrônoma.

Por essa cadeira simbólica da presidência da AEASP passaram homens brilhantes que deixaram grandes contribuições para o setor agrícola e para toda a sociedade. Agradeço aos colegas que depositaram em mim sua confiança para assumir essa empreitada e pretendo honrar essa bela história e trabalhar com afinco por nossa categoria.

A exploração sustentável dos recursos naturais é parte integrante e mandatária da formação do Engenheiro Agrônomo. Hoje, que o mundo entende a necessidade de preservação da natureza e que a agricultura desenvolveu técnicas que podem garantir a ampliação da produtividade com preservação ambiental, a nossa missão é adotar e divulgar a agropecuária moderna, eficiente e sustentável.

Por isso a nossa matéria de capa trata da Integração Lavoura, Pecuária e Floresta (iLPF). Essa criação, por nós brasileiros, que envolve o Plantio Direto, se apresenta como um modo de produção rentável e ecologicamente correto.

Também voltamos a discutir o Código Florestal, porque as leis devem ser dinâmicas e precisam estar em consonância com as transformações da sociedade. O colega Eduardo Castanho, um especialista no assunto, responde a várias questões importantes sobre o tema e enriquece o debate.

Aproveito o espaço para agradecer a enorme contribuição que o ilustre colega Roberto Rodrigues deu para a formação de várias gerações de engenheiros agrônomos. Ele acaba de se aposentar da docência na UNESP-Jaboticabal, e sua missão certamente foi muito bem cumprida.

O JEA 266 ainda traz muitos outros temas interessantes tratados por excelentes articulistas e que vale uma leitura atenta. Esperamos que gostem.

Boa Leitura!

Angelo Petto Neto



Foto: Divulgação



Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar

CEP 01041-000 - São Paulo - SP

Tel. (11) 3221-6322 Fax (11) 3221-6930

Site: www.aeasp.org.br

E-mail: aeasp@sti.com.br/aeasp@aeasp.org.br



Foto: Divulgação

Segundo mandato

O engenheiro agrônomo Ricardo Veiga, paulista de Botucatu, assumiu a Diretoria Nacional de Benefícios da Mútua, Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea (triênio 2012/2015). Ao assumir tal função, ele passa a ser o vice-presidente da Instituição.

Veiga foi reeleito para a Diretoria Executiva - na gestão anterior (2009/2012), ele havia ocupado a Diretoria Financeira da Instituição. No Sistema Confea/Crea e Mútua, como conselheiro federal por dois mandatos, o engenheiro paulista ocupou a Presidência do Confea interinamente, foi vice-presidente por dois anos e membro da Diretoria do Conselho por três anos.



Foto: Divulgação

Missão bem cumprida

No Ano Internacional das Cooperativas, Roberto Rodrigues, um dos mais brilhantes defensores do cooperativismo, se aposenta de sua função como professor da UNESP Jaboticabal, onde há algumas décadas lecionava essa disciplina no Departamento de Economia Rural. Trata-se de aposentadoria compulsória determinada pela chegada dos 70 anos.

Em uma carta publicada no Jornal A Folha de São Paulo, intitulada "Não há bem que nunca acabe", o ex-ministro, e atual coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, diz: "Da mesma forma como é um enorme prazer completar uma longa tarefa com algum êxito (e guardar no íntimo a boa sensação de trabalho realizado com inteireza), também fica o travo amargo do fim de um permanente prazer, o de formar gente para o agronegócio. Esta foi a mistura de sentimentos deste final de carreira no magistério: um pouco de alegria, com a missão cumprida, mesclado com um pouco de nostalgia, de falta de chão, uma vaga noção da transitoriedade..."

Competência reconhecida

Há seis meses, o engenheiro agrônomo Fernando Gallina deixou o Brasil para viver em Montevídeo. Ele foi promovido a Diretor Global de Pesquisa e Desenvolvimento para a cultura da Soja, da multinacional Syngenta, e transferido para a nova unidade da empresa na capital uruguaia.

Sua missão é desenvolver a estratégia global para o cultivo, garantir os recursos para sua execução e interagir com os líderes dos mercados produtores de soja. "Minha experiência no negócio e nos processos de pesquisa e desenvolvimento se fizeram necessários. Daí, a mudança", explica.

Embora esteja locado no Uruguai, esse mercado não é o foco de sua atuação. De qualquer forma, Gallina comenta que não tem como comparar o mercado brasileiro e o uruguaio no que tange ao tamanho da agricultura e ao impacto da atividade de pesquisa e desenvolvimento. "O Brasil já obteve avanços significativos. E ainda há espaço para mais inovação tecnológica com alta probabilidade de retorno."

No Uruguai, o engenheiro agrônomo destaca a excelência na produção de trigo, arroz, frutas e gado. "Mas o país tem um longo caminho até atingir níveis comparáveis aos melhores padrões mundiais em culturas extensivas." Já o vinho uruguaio, segundo Gallina, é muito bem elaborado e de alta qualidade. "Nisso, o Brasil poderia se espelhar", sugere o profissional, que tem um contrato inicial de três anos e depois deve retornar ao Brasil.



Foto: arquivo pessoal

DESPEDIDA

A AEASP presta homenagens e oferece suas condolências à família do engenheiro agrônomo Nelson Staudt, pesquisador do IEA e secretário geral das Câmaras Setoriais da Secretaria de Agricultura de São Paulo, que faleceu em julho, na capital paulista, vítima de um ataque cardíaco.

A AEASP presta homenagens e oferece suas condolências à família do engenheiro agrônomo Nelson Staudt, pesquisador do IEA e secretário geral das Câmaras Setoriais da Secretaria de Agricultura de São Paulo, que faleceu em julho, na capital paulista, vítima de um ataque cardíaco.

Formado pela FCA-UNESP, Staudt era secretário-geral das Câmaras Setoriais da

Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (CODEAGRO/SAA) desde 1998 e pesquisador do IEA desde 2006. Ele participou, como co-autor, de 18 artigos técnico-científicos publicados pelas revistas do IEA ([http://www.iea.sp.gov.br/out/busca.php?tipo=simples&buscaBox=Nelson Pedro Staudt&limit](http://www.iea.sp.gov.br/out/busca.php?tipo=simples&buscaBox=Nelson+Pedro+Staudt&limit)), entre 2007 e 2012).



Foto: Divulgação

Bons momentos

Juntos, o tempo todo:
você, sua família e a Mútua

Benefícios feitos para o profissional do Crea



TecnoPrev

Plano de Previdência Privada exclusivo pra associados e seus dependentes, administrado pela BB previdência, com as menores taxas de mercado e maior retorno.

* Adesão imediata.



Família Maior

Gravidez ou adoção geram, também, mais despesas. É aqui que entra a Mútua, com um auxílio mensal pra ajudar papais e mamães nesse hora. Valor: até 2 salários mínimos mensais, limitado, até 4 meses.

* Disponível após um ano de associação.



Férias Mais

Você e a família voando... ou pegando a estrada!
E pras despesas extras das férias,
conte com este auxílio
Valor: até 50 salários mínimos

* Disponível após um ano de associação.

juros de
apenas
0,5% a.m.
+ INPC

Acesse www.mutua-sp.com.br e conheça outros benefícios | 0800 770 5558



2012
o ano do associado



MUTUA-SP
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

O estado da arte do plantio direto no Brasil



*Fernando Penteado Cardoso

A partir dos anos 1980 o sistema de plantio direto foi aperfeiçoado e adotado progressivamente no país até ultrapassar 35 milhões de hectares. A cultura da soja, por exemplo, tem o solo quase totalmente protegido pelo sistema.

A difusão do plantio direto ao longo dos últimos 30 anos deve-se primordialmente ao empenho dos produtores em resolver os problemas iniciais do sistema. Teimaram, persistiram e conseguiram, com a devoção de alguns pioneiros incansáveis na divulgação através de eventos variados. A considerar também o concurso dos fabricantes de sementes e a colaboração dos agrônomos, quer de atividade individual, quer participantes das cooperativas, dos órgãos públicos de pesquisa e fomento e das firmas privadas de assessoria técnica e consultoria.

Disponham-se de dados isolados da adoção do sistema, dos sucessos e insucessos, mas faltava uma análise mais ampla do estado da arte dessa tecnologia, que tanto havia contribuído para controlar a erosão.

Quando o agrônomo André Pessoa tomou a iniciativa, em 2006, de avaliar as safras antes da colheita através de aferições nas lavouras, de acordo com modelo usado nos EUA, a Fundação Agrisus vislumbrou a oportunidade de aproveitar as visitas a campo para conferir como andava o plantio direto.

O projeto executado pela Agroconsult, denominado Rally da Safra, passou então a dar notas ao plantio direto nas visitas aleatórias destinadas a medir a produtividade da soja e do milho. Ao mesmo tempo foram submetidos questionários aos participantes das reuniões técnicas regionais.

Em 2009, além das anotações em milhares de visitas aleatórias

de centenas de questionários respondidos pelos produtores, a Agrisus contratou a coleta de amostras de terra em mais de 1.000 locais a fim de conhecer o comportamento dos nutrientes dos adubos colocados ano após ano na base de sulcos relativamente rasos, sem serem incorporados posteriormente por gradagens ou arações.

Dessas 8.253 observações a campo, dos 3.730 questionários respondidos e das 2.342 amostras de terra de 1.171 locais, resultaram sete Relatórios do Estado da Arte do PD no Brasil (2006 a 2012), cada um historiando os resultados anteriores, um Relatório da situação do Fósforo no ambiente do PD e um Relatório das Bases Trocáveis igualmente na mesma situação ambiental.

As conclusões dessas pesquisas, inéditas no país, destinam-se ao conhecimento da situação atual e da evolução do sistema durante o período de estudo. Constituem um acervo precioso de dados através do qual os produtores serão estimulados a se aperfeiçoarem, enquanto entidades privadas e órgãos públicos encontrarão elementos para planejamento de suas ações.

A valiosa documentação, resultante da iniciativa e do apoio da Fundação Agrisus, acha-se à disposição dos interessados no site www.agrisus.org.br.

* Fernando Penteado Cardoso é engenheiro agrônomo sênior, ESALQ-USP, 1936



Foto: Divulgação

PARABÓLICA

Clube do Vinho

No dia 01 de setembro, ocorreu mais uma Reunião do Clube do Vinho, do Clube dos Agrônomos de Campinas (CAC). Dessa vez, os membros da confraria puderam também apreciar um delicioso leitão à pururuca.

A escolha do prato modificou o dia e horário do encontro, que normalmente ocorre à noite, na última sexta-feira do mês. Como o leitão é um alimento de digestão mais lenta os colegas preferiram fazer um almoço.

Criado há oito meses, o Clube do Vinho, do CAC, possui 40 membros e é aberto a todas as pessoas que tenham em comum o gosto por essa bebida milenar. Para obter mais informações, escreva para o engenheiro agrônomo Paulo Formagio: email: pauloformagio@protectepi.com.br



Foto: Divulgação

Economia verde e Sistema de integração Lavoura-Pecuária-Floresta

*Isabel Alencar e Adriana Ferreira

Criada no Brasil, a integração Lavoura-Pecuária-floresta, (iLPF), é uma das mais importantes técnicas para a produção agropecuária sustentável, pois contribui na redução da pressão por desmatamento, diversifica a renda do produtor rural e diminui as emissões de gases de efeito estufa.

Em uma mesma área podem ser cultivados grãos, junto com a braquiária e a implantação de faixas de eucalipto ou outra essência florestal. Realizada a colheita, a área passa a ser utilizada para a pastagem do gado. De acordo com especialistas, o modelo pode ser adaptado para qualquer produtor, independente de tamanho, localização geográfica, topografia, clima ou outros fatores.

O noroeste de São Paulo foi o local escolhido pela APTA Regional, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), para a disseminação da Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura (iLPS).

Iniciado em 2009 e com previsão de término para 2017, o projeto tem por objetivos avaliar os desempenhos de híbridos de eucalipto (*Eucalyptus grandis* x *Eucalyptus camaldulensis* e *Eucalyptus urophylla* x *Eucalyptus grandis*) e da forrageira braquiário (*Brachiaria brizantha* (Hochst ex A. Rich.), Stapf. cv. Marandu) em rotação com soja, milho e sorgo, acompanhar os índices zootécnicos e o status sanitário dos bovinos experimentais e realizar análise econômica do sistema.

Segundo explica Wander Luis Barbosa Borges, pesquisador do Polo Regional Noroeste Paulista e coordenador do trabalho, uma área de pastagem degradada de aproximadamente 10 anos, com 10 hectares, é usada como sistema experimental. No primeiro ano do projeto, após preparo do solo, foi semeado milho, para plantio direto da soja, e foram plantadas duas varie-

dades de eucalipto (Urograndis H-13 e Grancam 1277) sobre os terraços, em linha simples.

No segundo ano, após a colheita da soja, semeou-se *Crotalaria juncea* e, em dezembro, foi plantado milho em semeadura direta, juntamente com a forrageira *Urochloa brizantha* cv Marandu na entrelinha do milho sem eucalipto. O pesquisador da APTA complementa que a colheita foi feita em abril de 2011 e, em setembro, foram introduzidos os bovinos de corte, que serão mantidos em pastejo contínuo até o momento do abate.

A partir destas primeiras experiências, já se pode constatar alguns resultados. A variedade de eucalipto Grancam 1277 apresentou melhor desempenho em altura, diâmetro e diâmetro à altura do peito (DAP) de 1,3 m de altura, o que permitiu a presença dos bovinos na área antes do previsto. A produtividade do milho, em consórcio com a forrageira *Urochloa brizantha*, nos projetos de integração lavoura-pecuária (ILP) e iLPS, foi semelhante à obtida pelo milho solteiro (acima de 8 mil kg por hectare), cultivado em plantio direto. Os dados relativos à cultura do milho surpreenderam o pesquisador que espera números menores em razão da competição com o eucalipto.

A diversidade das culturas garante a sustentabilidade do iLPF ou iLPS, segundo Borges: "é mais sustentável em razão da variedade de produtos, com isso você tem menos risco das variações de mercado. A rentabilidade depende do sistema adotado, das culturas utilizadas, da densidade e do destino das árvores, serão para carvoaria, celulose ou serraria. Quando é serraria e celulose tem um valor agregado maior, pois a matéria-prima é mais cara."



rentável

se fortalece no Estado de São Paulo e no País

Estes resultados iniciais motivam a divulgação do sistema. Wander Borges prevê a adesão de pelo menos 10% dos produtores do noroeste paulista em 10 anos e de 5% em todo o Brasil. A região Noroeste do Estado de São Paulo foi escolhida principalmente por causa das condições climáticas, como temperaturas elevadas. "Assim temos temperaturas melhores para o conforto térmico dos animais", reforça o pesquisador.

A área compreendida pelo projeto da APTA envolve 71 municípios das regiões de Votuporanga, Jales e Fernandópolis onde as principais atividades econômicas são a produção de leite e carne, soja, milho e sorgo.

A parceria entre APTA, CATI e Embrapa é considerada um elemento facilitador para a difusão da tecnologia. O coordenador do projeto salienta que, além da pesquisa, a participação da CATI, por seu contato direto com os produtores, auxilia na montagem de unidades demonstrativas. Ele estima que cerca de 20 pesquisadores e extensionistas, engenheiros agrônomos, zootecnistas, veterinários e economistas estejam envolvidos na pesquisa.

Adesão dos produtores

As demonstrações do sistema em áreas de produtores aguçam o interesse pela tecnologia. "Quando um produtor vê o vizinho fazendo e percebe que deu certo, ele tende a acompanhar e adotar a tecnologia", afirma Wander. Desde o início do projeto, sete produtores já aderiram ao sistema, numa área de aproximadamente 50 hectares. Esta adesão reforça a adaptabilidade da integração a qualquer porte de propriedade: há áreas de 3 a 30 hectares com a tecnologia já implantada.

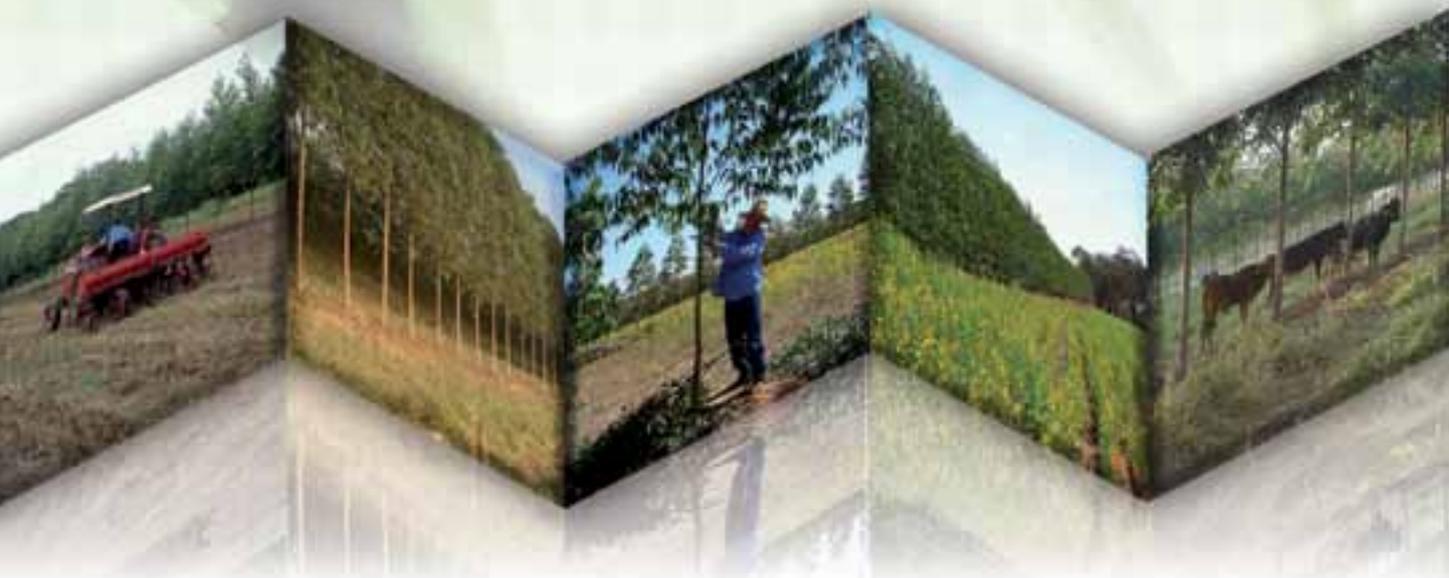
Em 2011, o produtor Hélio Tamada, do município de Riolândia, investiu na técnica em sua Fazenda Bálamo. Na safra de verão 2010/11, ele plantou 6,5 hectares de soja e, após a colheita, introduziu fileiras de eucalipto sobre os terraços, com espaçamento de 18 metros entre linhas e 2 metros entre as árvores. O foco da propriedade é produção de grãos, ele adota a rotação de culturas (milho e soja) e deve optar pelo consórcio do milho com capim braquiária para a safra de verão 2012/13.

O pesquisador da APTA espera que, após seis anos, o produtor faça um desbaste do eucalipto (corte de metade das árvores para aumentar o espaçamento). A medida, segundo ele, gera renda para o produtor (vendas para carvoarias, mourão, estaca, etc.) e favorece o crescimento do restante das árvores (em 10-12 anos, devem atingir o "diâmetro de serraria", na metade do tempo esperado).

No Polo Regional, os animais foram introduzidos no segundo ano dos trabalhos (depois de duas safras de grãos), após o plantio do eucalipto. Na Fazenda Bálamo, devem entrar somente a partir do terceiro ano. "Se o produtor for pecuarista, o ideal seria antecipar a entrada dos animais (cerca de dois anos)", orienta.

Para o coordenador, o produtor de grãos tem maior facilidade de adotar o sistema de ILPF do que o pecuarista, porque ele dispõe do maquinário adequado (semeadora, colhedora e pulverizador). "Um fator de incentivo ao pecuarista pode ser a nova linha de crédito ABC, com juros subsidiados, do Banco do Brasil, para a aquisição dessas máquinas."

Os custos (gastos diretos) de implantação e manutenção (durante um ano e oito meses) do sistema de ILPF, no Polo Re-



Fotos: Divulgação

gional Noroeste Paulista, foram estimados em R\$ 1.254,08 por hectare para a soja (incluem despesas de comercialização), de R\$ 1.793,99 para o milho (não incluem despesas de colheita, transporte e comercialização), de R\$ 238,02 para a pastagem e de R\$ 1.087,60 para o cultivo de eucalipto. Para chegar a estes números, os pesquisadores utilizaram a metodologia de custo operacional de produção (COE) do Instituto de Economia Agrícola (IEA-APTA), que considera despesas diretas como insumos (sementes, fertilizantes, defensivos etc.) e serviços de mecanização (mão-de-obra e operações com máquinas) e despesas indiretas (depreciação de máquinas, encargos sociais, encargos financeiros etc.).

Por ser uma tecnologia relativamente nova, com cerca de 10 anos, muitos técnicos desconhecem as vantagens do sistema. Ciente desta limitação, Wander enfatiza que estão fazendo parceria com o Banco do Brasil para qualificação dos encarregados de projetos de captação de recursos financeiros.

Testado e aprovado

Foi na Fazenda Santa Brígida, no município de Ipameri (GO), que a iLPS teve sua consolidação. Em 2006, após ficar viúva, a dona da propriedade, Marize Costa, quis vender suas terras, degradadas, mas foi aconselhada pela EMBRAPA a mantê-las e adotar o sistema Lavoura-Pecuária, à época a técnica não integrava a floresta. Ela aceitou. Resultado: recuperação de pastos, da terra e da produtividade.

Hoje, a fazenda já adota o consórcio completo: Lavoura-Pecuária-Floresta. Em 600 hectares a produção é de 35 mil sacas de milho, 20 mil de soja e o pasto engorda 2500 cabeças, além do eucalipto usado para gerar energia. “A produtividade que conseguimos em seis anos é equivalente a propriedades com mais de 10 anos”, confirma Anábio Ribeiro, administrador da Santa Brígida.

Os números motivam a produtora a manter o sistema em sua propriedade. “Defino a iLPF como biodiversidade produtiva sustentável. Não é apenas uma forma mais eficiente de produzir alimentos, mas acima de tudo, um compromisso dos agropecuaristas com o futuro do nosso país”, ressalta Marize.

De acordo com a fazendeira, as principais dificuldades que enfrentou para implantar a iLPF foram a desconfiança na tecnologia, a falta de recursos humanos, ausência de crédito específico [hoje já existe o programa ABC] e a falta de um modelo de gestão adequado para o controle de custos. “Esta tecnologia exige controle dos custos por “centro de custos” específicos”, explica ela.

Outro ponto crucial é a mão de obra, segundo Marize, deve haver funcionários habilitados para desenvolver atividades multifuncionais. “A baixa qualificação de mão de obra, aliada a elevada rotatividade no trabalho e a uma legislação trabalhista inadequada, elevam nossos custos e reduzem nossa competitividade em relação a outros países.” Atualmente ela conta com a assessoria de três consultores: um agrônomo, um veterinário e um especialista em floresta.

A proprietária da Fazenda Santa Brígida faz questão de esclarecer que não se sente um “modelo de produtora rural”. “Sou apenas uma mulher que para sobreviver precisou repensar a forma de produzir num ambiente degradado e decadente, e buscar uma maneira mais inteligente para resolver o problema.”

Mas com a experiência acumulada, ela aconselha aos que quiserem empreender no sistema iLPF ou iLPS. “É preciso coragem para inovar, perseverança e assessoramento adequado. Com isto é possível quebrar velhos paradigmas, viver em harmonia com a natureza e ter um negócio rentável e sustentável ao longo das gerações.”



PL3062

*Tulio Teixeira de Oliveira



A Comissão de Seguridade Social & Família apresentou em Projeto de Lei: "Um pedido para realizar pesquisa no Brasil com qualquer produto agrotóxico deve pagar uma taxa de R\$ 18.000,00 à ANVISA". É isso mesmo; não é a pesquisa, é só o pedido. Após essas pesquisas feitas, ao apresentar o pleito de registro do produto, a empresa deve pagar simplesmente R\$ 180.000,00 (hoje custa R\$ 1.800,00; mas o que são uns zerinhos a mais, não é mesmo?). Como? Quanto?

- Ora, o senhor já viu a papelada que a ANVISA tem de analisar? Dá uns 100 cm de altura (testes toxicológicos agudos e crônicos de toda ordem, laudos químicos e estudos de resíduos nas plantas).

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio o PL recebeu um substitutivo, apresentado pelo Relator, o Dep. Damião Feliciano. Vejam o quadro com os valores do Projeto original e do Projeto substitutivo.

Bom, para produto já registrado no país baixou para R\$ 140.000,00. O produto genérico está nesta categoria. Por que deve pagar menos?

- Ora, porque a altura da pilha dá só uns 5 cm (é só um teste químico do teor do ingrediente ativo e das impurezas).

A essa altura o leitor deve estar de boca semiaberta gaguejando: "mas a matemática não bate...pela regra de três deveria ser R\$ 9.000,00". Calma, não se irrite. Vamos explicar. Esse Projeto de Lei, que foi apresentado em 21dez2011 e que obteve o no 3062 na Câmara dos Deputados, deve ser examinado em 3 Comissões e se aprovado, vai ainda para o Senado, penúltimo degrau para virar lei, pois ainda passará pelo escrutínio da Presidência da República para ser alçado à condição de Lei. É um caminho longo e até lá, o valor R\$ 9.000,00 já terá sofrido os efeitos da inflação,...do câmbio,...da falta de vergonha...e R\$ 140.000,00 será até pouco.

Para justificar essas taxas exorbitantes, o Dep. Saraiva Felipe apresentou a ladainha repetida pela ANVISA: nos Estados Unidos a Agência de Proteção Ambiental-EPA cobra cerca de US\$ 630.000,00, e, por isso podem ter mais técnicos para avaliar.

Fomos tirar isso a limpo! Os valores estão no "Pesticide Registration Improvement Renewal Act – PRIA". Realmente, para ingredientes ativos novos, que nunca foram avaliados no país, o valor é esse mesmo. Mas, para ingredientes ativos já registrados no país a taxa fica entre US\$ 1.434,00 e US\$ 1.720,00.

E tem mais, o EPA não faz só a análise toxicológica, como a ANVISA no Brasil; aquela Agência examina também a parte ambiental e a eficácia do produto, ou seja, faz o trabalho também do IBAMA e do MAPA. O EPA avalia um produto genérico e concede o registro em 3½ meses; o Brasil, com seu sistema MAPA-ANVISA-IBAMA entrega o registro em 6 anos e pouco.

É uma questão de rendimento. O trabalho necessário para avaliar um produto genérico se resume em: (a) comparar um laudo químico do Produto Técnico-PT já registrado com o laudo do PT candidato, e (b) comparar os dados para rótulo/bula do Produto Formulado-PF já registrado com o

PF candidato. Para essa tarefa o profissional americano avaliador, gasta 15 dias por pleito requerido, digamos, pois o restante é processual burocrático (recebimento, checagem, montagem de processo, distribuição, parecer, assinaturas e entrega). O avaliador brasileiro deve gastar o mesmo tempo, pois ele é tão capaz quanto o norte-americano, o restante do tempo – 72 meses – fica por conta da burocracia e atrapalhadas tupiniquins.

Todavia, para ser fiel ao estipulado na Lei 9782/1999 (criação da Anvisa) e Resolução Anvisa 236/2001 é dever informar ao leitor sobre os descontos a essas taxas. Grosso modo: (a) Empresas com faturamento anual acima de R\$ 50 milhões = sem desconto; (b) Com faturamento entre R\$ 20 e R\$ 50 milhões = 15% de desconto; (c) Com faturamento entre R\$ 6 e R\$ 20 milhões = 30% de desconto; (d) Com faturamento abaixo de R\$ 6 milhões = 60% de desconto; (e) Consideradas pequenas = 90% de desconto; e, (f) Microempresas = 95% de desconto.

Como, neste mercado, 98% das empresas apresentam faturamento acima de R\$ 6 milhões (e detêm a maioria dos registros), vamos nos fixar nestas e fazer uma rápida conta. Nesta faixa temos descontos de zero, 15% e 30%, portanto, média de 15%. Hoje, um pedido de avaliação toxicológica custa R\$ 1.800,00, com 15%, na verdade custa R\$ 1.530,00. Se formos atualizar esse valor pelo IGP-M (FGV) de jun1999 para jul2012 teremos que aplicar o índice 3,0927043 (já calculamos para você, basta confiar) e encontraremos o novo valor de R\$ 4.731,83 (209,27% a mais).

Qualquer valor proposto acima de R\$ 4.731,83 deve ser analisado pela Presidência da República com muito zelo administrativo, pois fere o princípio da proporcionalidade.

A taxa deve ainda apresentar as bases do seu custo. Deve ser mostrado ao público quanto custa um técnico avaliador e em quantas horas ele examina cada serviço. Por exemplo, quantos minutos são gastos para analisar um laudo químico da concentração de uma substância e compará-lo com outro laudo de referência?

Ou seja, o custo/homem/hora da ANVISA deve ter a transparência e a razoabilidade inerente ao serviço prestado. Não é possível que nestes 13 anos esses custos tenham subido astronômicamente acima dos demais custos assumidos pelo governo brasileiro, como nos quer fazer crer esse Projeto de Lei. Se for isso, estamos diante de um fato ainda mais grave, a ser devidamente investigado.

Mas, se a Casa Legislativa achar por bem aprovar uma taxa que salta de R\$ 1.800,00 para a insanidade dos R\$ 153.000,00 (180.000 com 15% de desconto médio) ou, no caso dos produtos genéricos, R\$ 129.000,00 (140.000 c/ 15%), deve ser avisada que a Indústria repassará tudo para o Consumidor. Diferente da taxa, o preço não é compulsório, nem segue a rigidez da comprovação do custo. O preço só deve explicar ao mercado. Como a nova taxa atingirá a todos os produtos, estes vão custar mais, os custos da agricultura vão aumentar e a dona-de-casa vai reclamar da carestia dos alimentos. Só será menor a concorrência.

Taxas na ANVISA		PL 3.062	Substituto
8.1	Avaliação toxicológica para fim de registro de produto	-	-
8.1.1	Produto técnico de ing. ativo não registrado no país	180.000,00	180.000,00
8.1.2	Produto técnico de ing. ativo já registrado no país	180.000,00	140.000,00
8.1.3	Produto formulado	180.000,00	120.000,00
8.2	Avaliação toxicológica para registro de componentes	180.000,00	100.000,00
8.3	Avaliação toxicológica de Registro Esp. Temporário	180.000,00	80.000,00
8.4	Reclassificação toxicológica	18.000,00	18.000,00
8.5	Reavaliação de registro, conforme Decreto no 991/93	18.000,00	18.000,00
8.6	Avaliação toxicológica para fim de inclusão de cultura	18.000,00	18.000,00
8.7	Alteração de dose, para maior, na aplicação	18.000,00	18.000,00
8.8	Alteração de dose, para menor, na aplicação	ISENTO	ISENTO
8.9	Avaliação toxicológica para alteração de registro	18.000,00	18.000,00

Registro de defensivos agrícolas

Desafios regulatórios

*Peter Ahlgrimm

Considerada peça-chave para proteção vegetal, a regulamentação possui a função de assegurar investimentos para novas soluções tecnológicas, de responsabilidade compartilhada, para o mercado e o produtor. Hoje, o ambiente de cooperação é grande entre as autoridades regulatórias. Por exemplo, os Estados Unidos e a União Europeia disponibilizam seus normativos para serem adequados e utilizados pelas entidades. Para a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da qual o Brasil faz parte, até 2014, na sua maior parte, as avaliações dos países serão feitas através de estudo-padrão. Haverá um grande envolvimento de cientistas de modo a facilitar e dar maior rapidez no acesso às inovações pelos agricultores.

A variedade de mercados exige produtos adequados em termos de cumprimento dos testes de campo, como, por exemplo, o destino ambiental dos resíduos e a segurança toxicológica do homem. Em função da diversidade de regulamentações e da complexidade dos fatores influentes na questão da registrabilidade dos produtos no mundo, a CropLife International decidiu desenvolver os princípios de regulamentação, com o objetivo de se ter uma regulamentação a nível global mais harmonizada.

Com a promulgação da Lei nº 7.802, em 11 de julho de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, o Brasil deu passo sólido no sentido de alinhar-se às exigências de qualidade para produtos agrícolas reclamadas em âmbito doméstico e internacional. No entanto, existem ainda variáveis para serem melhoradas e ajustadas. Existem três ministérios envolvidos: da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Meio Ambiente (MMA), e da Saúde (MS). Embora o Mapa seja o registrante do defensivo agrícola, os três ministérios possuem praticamente o mesmo poder. Com visões distintas entre eles, os processos de regulamentação ficam lerdos e atrasados, com repetição de trabalhos sem necessidade. Não existe a tomada de decisões prioritárias.

Além desse desalinhamento, outro problema consiste no fato de o sistema não estar informatizado para possibilitar maior visibilidade e transparência ao processo. Para cumprir a sua responsabilidade, cada órgão busca obter os dados necessários, que nem sempre são os mesmos. Isso acarreta multiplicação dos trabalhos

entre os três ministérios registrantes. Quando tratamos de defensivos agrícolas, não faz sentido entrar em estudo da parte humana e ambiental se não tiver a finalidade de atender à demanda da agricultura.

Muitas vezes, a mitigação de risco está relacionada com as condições locais. É o caso do uso de certos produtos em setores com características específicas, como um local de difícil treinamento para evitar perigo para os aplicadores. Não se pode comparar a lavoura de soja cultivada e tratada no Cerrado com uma pequena horticultura. São condições diferentes.

Na verdade, a legislação atual, de 1989, precisa passar por um processo de atualização para acompanhar o ritmo das mudanças nos Estados Unidos, na Europa e em outros países do mundo. Existe uma enorme deficiência com relação a recursos humanos, técnicos e financeiros para atender a essa demanda. Os Estados Unidos, cujo mercado de defensivos vegetais possui magnitude próxima ao do Brasil, contam com quadro de pessoas dez vezes superior ao nacional.

Com a participação cada vez mais ativa das Organizações Não Governamentais (ONGs) nas decisões e discussões sobre sustentabilidade, as exigências sobre proteção das plantas ficarão cada vez mais rigorosas. Aumentarão os desafios regulatórios para atender às demandas da sociedade. É enorme a responsabilidade das áreas privadas e governamentais. De acordo com as suas competências, elas devem operar em parceria para atender e aumentar em qualidade e quantidade a produção de alimentos, fibras e energia.

* Peter Ahlgrimm é Diretor de Relações Institucionais da Bayer CropScience



Princípios da regulamentação

- 1º Standard de dados científicos comuns e reconhecidos;
- 2º Qualidade e transparência do processo regulatório;
- 3º Harmonização internacional;
- 4º Avaliação baseada em fatos, e não suposições;
- 5º Envolvimento dos elos desde o produtor e a distribuição;
- 6º Sistema de monitoramento da conformidade;
- 7º Processos de atendimento proativo;
- 8º Impactos decorrentes de mudanças nas legislações.



Eduardo Castanho

O engenheiro agrônomo, especializado em questões ambientais, afirma que o atual Código Florestal é ruim para a agricultura e pior para o meio ambiente

Eduardo Castanho Filho é engenheiro agrônomo, formado pela ESALQ, em 1970, com pós-graduação em economia pela UNICAMP e planejamento rural pela Universidade Montpellier. Ele possui vasta experiência em pesquisas e serviços relacionados com meio ambiente e políticas públicas, sendo pesquisador científico do Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, há mais de 37 anos.

O profissional também exerceu cargos de alto nível em governos e em entidades associativas, foi chefe de gabinete da Secretaria de Economia e Planejamento, criador e diretor executivo da Fundação Florestal, coordenador da CPRN; diretor executivo do Florestar São Paulo.

Na opinião de Castanho, o Código Florestal (CF) em vigor é ruim e a Reserva Ambiental é estapafúrdia. "O Brasil está perdendo a oportunidade de renovar essa lei que foi feita em 1934, na ditadura de Getúlio Vargas e refeita em 1965, na ditadura dos militares", diz o engenheiro agrônomo. Ele falou ao JEA sobre essa questão. Acompanhe.

JEA - O CF vigente inviabiliza o crescimento do agronegócio no Brasil? Por quê?

EC - Em termos sim. Ele limita, por exemplo, em longo prazo o crescimento das áreas agrícolas, além de provocar, em curto prazo, uma redução das áreas agrícolas. Ele estipula percentuais rígidos de ocupação de área sem levar em conta especificidades regionais, por exemplo, por isso é absolutamente arbitrário. Óbvio que vai causar problemas de expansão.

JEA - Em linhas gerais, quais seriam as bases para uma boa lei?

EC - Um Código em que se tenha o mínimo de segurança jurídica, para se caminhar rumo à revisão técnica a cada 5 anos. Porque o código foi feito em 1965, quando o único instrumento moderno que você tinha para fazer uma avaliação da vegetação era a fotografia aérea. Hoje, temos satélites e GPS's e conseguimos com exatidão saber onde a localização da propriedade no globo, isto muda fundamentalmente o jeito de você ver as políticas públicas. É possível acompanhar quase diariamente se está havendo desmatamento ou grandes movimentações de terra. Se você não prevê o uso dessas tecnologias a lei fica ultrapassada em pouco tempo.

JEA - Você diz que não há sustentabilidade absoluta. Explique.

EC - Sustentabilidade total é peça de marketing, porque "sustentabilidade total" implicaria em revogar a Lei da Entropia, que afirma que em todo processo produtivo você tem uma perda de energia. O que existe são processos em que você economiza mais energia do que em outros. Essa sustentabilidade é possível e acredito que nessa linha haverá mudanças na forma de encarar a atividade rural. Os conceitos de serviços ambientais devem evoluir. Futuramente, o produto da área rural não vai ser unicamente a agropecuária.

JEA - Há algum ponto em especial que o senhor acredita estar sendo negligenciado na discussão acerca do CF?

EC - A lei não está prevendo o futuro, está se atendo a resolver uma situação que ficou cada vez mais embrulhada hoje. Ela tenta, em uma única lei, resolver o problema para o Brasil todo, sem considerar realidades socioeconômicas diferentes, como se fossemos do tamanho da Suíça. E nem lá se faz isso. Isso de tratar a coisa florestal como uma política pública, baseada numa propriedade particular é um absurdo. Quando você quer fazer uma política pública o Estado precisa assumir e quem paga o custo é a sociedade. Não adianta achar que o setor produtivo vai absorver o custo sozinho porque não vai.

JEA - O que acha do caráter punitivo da Lei?

EC - Tecnicamente, o melhor é ir antes à propriedade e ver as condições que cada propriedade tem. Querem fazer uma lei ge-

Foto: Arquivo pessoal



ral com modos de exceção. O perdão que existe nessa lei foi para os pequenos produtores. Mas o que você quer preservar é o bem ambiental. Parece uma penalização ao grande. Existem outros instrumentos legais que você pode criar para compensar o pequeno. Mas não se pode utilizar um instrumento jurídico desta forma.

JEA - A descentralização da lei ambiental é uma boa medida?

EC - Quanto mais descentralizada for a lei melhor é. Uma propriedade na Amazônia é diferente de uma propriedade no Pampa. Eu me recuso a admitir que uma mata de pinhais no Paraná, por exemplo, seja considerada Mata Atlântica, acho que isso é desonestidade intelectual. No Estado de São Paulo você não pode compensar se o bioma for próximo ao centro do Estado, onde há o bioma Cerrado, você não pode compensar. Ao mesmo tempo, você pode compensar no litoral do Nordeste. É vantajoso para o produtor que vai ter muita oferta para compensar. Mas é uma sandice técnica.

JEA - O que falta para adotarmos modelos mais sustentáveis, como a intensificação da agropecuária, com aproveitamento das áreas de pastagem para a agricultura?

EC - Primeiro, um grande instrumento que existe e funciona no Brasil é o crédito rural. Ele pode ser um instrumento interessante acoplado a assistência técnica, para concessão de crédito. Mas só o fato de dizer que o cara não vai receber o crédito porque não cumpriu a lei é uma bobagem porque você pune, mas não educa.

O espírito da lei é punitivo e não educativo. Hoje, a legislação tem de ser muito mais de incentivo e de ensinamento. É lógico, se o cara foi instruído e não fez o certo, aí sim vai para a punição.

Crédito e Educação Ambiental formal podem ajudar muito, desde que não haja essa coisa de abraçar a árvore, pois a educação ambiental de hoje é absolutamente urbana, a criança perde o contato com a realidade rural.

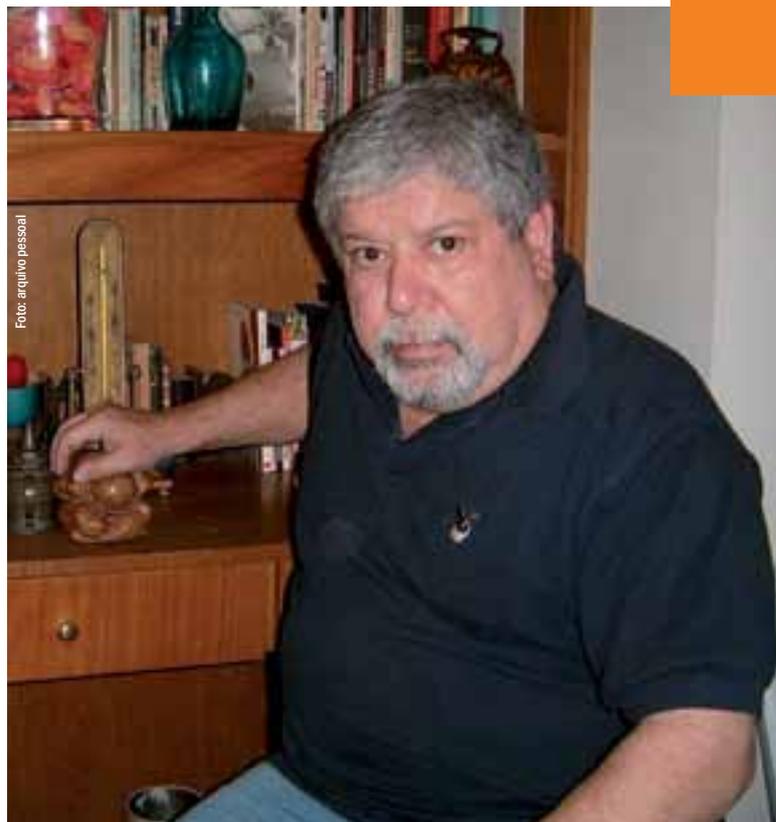
JEA - Os ambientalistas consideram que as últimas alterações feitas no CF são um retrocesso. O senhor concorda?

EC - Eu acho que eles estão absolutamente defasados. Eles estão defendendo um código indefensável. Em vez de criar uma política pública penaliza-se o proprietário. E quanto maior o produtor, melhor, é uma sanha. A lei leva a concentração de propriedade, você vai gerando custos e ônus ao ponto dos pequenos produtores serem obrigados a sair da atividade.

Em São Paulo, o processo de arrendamento de terras é bárbaro. Isso também é consequência dessa lei. Eu coordenei um plano no Estado e chegamos a conclusão que se forem feitas políticas públicas, em vez de ter reserva florestal de 20%, teríamos de 35 a 40% de reserva, desde que pudéssemos tê-las em outros lugares, fazendo as interconectividades, os corredores ecológicos.

JEA - Quanto, em percentual, o Estado de São Paulo terá de recompor pelo CF?

EC - Pelas contas que fizemos, baseadas nos Lupas (censos agropecuários) a área - tirando os pequenos que não vão precisar repor -, teríamos perto de 1 milhão de hectares que precisariam ser reflorestados e que vão onerar áreas agrícolas.



FUNDAÇÃO AGRISUS

agricultura sustentável

Financia projetos de:

- Educação individual (bolsas e viagens);
- Educação coletiva (eventos, publicações);
- Pesquisas técnicas, com o objetivo de melhorar a fertilidade sustentável do solo com ambiente favorável.

www.agrisus.org.br

Dia do Agricultor

Para homenagear os produtores rurais, a CATI vem realizando, desde o ano passado, diversos eventos em todo o território paulista, através de suas regionais. Em 2011, foram 15 mil participantes nas comemorações, que se concentraram no dia 28 de julho e que reuniram instituições municipais e empresas particulares na promoção do evento.

Na oportunidade os agricultores foram homenageados por serviços prestados à sua comunidade, município, região, estado e país. Contaram também com um almoço festivo, sorteio de brindes fornecidos por empresas ligadas ao setor, shows com artistas regionais, entre outras atividades.

O sucesso foi tão grande que esse ano a CATI repetiu as homenagens em diversas regionais e a Secretaria de Agri-

cultura e Abastecimento inseriu no evento as comemorações dos 120 anos da pasta, organizando um final de semana especial, no Parque da Água Branca, na capital paulista. Na ocasião os institutos e coordenadorias apresentaram aos visitantes produtos, projetos, pesquisas e curiosidades sobre o meio rural com o intuito de aproximar a população urbana do universo do campo.

A comemoração ao Dia do Agricultor foi instituída a partir do centenário da criação do Ministério da Agricultura, em 1960. Na época, o presidente Juscelino Kubitschek foi responsável pelo decreto que aprovou a data, por considerar que o trabalho do agricultor sustentava o crescimento econômico do Brasil.



Foto: Divulgação

Prêmio Josué de Castro abertas as inscrições

Seguem abertas até 24 de setembro, as inscrições para o Prêmio Josué de Castro de Combate à Fome e à Desnutrição, promovido pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea/SP), órgão do Governo paulista que tem como objetivo garantir o direito ao alimento e à nutrição. O prêmio será entregue aos vencedores em 16 de outubro, Dia Mundial da Alimentação. A finalidade é incentivar pesquisas e programas para a promoção da alimentação saudável e segurança alimentar e nutricional. Serão duas categorias: a melhor pesquisa científica realizada por universidades ou instituições de pesquisa públicas ou privadas do Estado e o melhor programa ou projeto de política pública desenvolvido por órgãos públicos municipais ou estaduais de São Paulo. Podem participar universidades e instituições públicas ou privadas, bem como órgãos públicos municipais e estaduais de São Paulo. As inscrições podem ser feitas pelo site www.consea.sp.gov.br/premio, onde se encontra o edital com todas as regras e outras informações de interesse.

A importância da ART

estará automaticamente fazendo sua contribuição à AEASP, ajudando assim a manter o trabalho da Entidade de defesa e desenvolvimento da agronomia brasileira. Se o emissor deixar o campo 31 em branco a alíquota não é repassada para nossa entidade e vai direto para o Confea.

Os tipos de ARTs específicas para o engenheiro agrônomo são as de Obras, Serviços, Receituário Agrônomo, Desempenho de Cargo/Função e Crédito Rural.



Muitas frutas em poucos balaios

*Claudio A. Spadotto

Começo esse artigo perguntando se não é arriscado para o Brasil, com sua grande dimensão territorial, produzir importantes produtos agropecuários em poucas regiões.

Como exemplo da concentração geográfica da produção agrícola, temos que, de acordo com um estudo da Embrapa, muitas das frutas produzidas no Brasil são cultivadas e colhidas em poucas regiões. Um desses casos é o da laranja. O Brasil é o maior produtor de suco de laranja do mundo, respondendo por metade da produção global. O negócio movimenta US\$ 6,5 bilhões e emprega cerca de 300 mil pessoas. O estado de São Paulo concentra 85% da produção nacional de laranja e 5 microrregiões do estado são juntas responsáveis por uma quarta parte de toda a produção brasileira. O Brasil tem 558 microrregiões, segundo o IBGE, e cada microrregião abrange cerca de 10 municípios.

Outro exemplo da concentração da produção de frutas em poucas regiões do país é o da manga, que tem um quarto da sua produção em 2 microrregiões, Juazeiro-BA e Petrolina-PE. Exemplos mais extremos são frutas que 25% da produção estão em apenas uma microrregião: a uva na região de Caxias do Sul-RS, a maçã na de Vacaria-RS, o melão na de Mossoró-RN e o mamão na de Porto Seguro-BA. No caso da maçã, 75% da produção nacional estão em 3 microrregiões no norte do RS e no sul de SC.

Outros exemplos poderiam ser dados aqui, o que nos leva a especular se os riscos de quebra na produção e de problemas no armazenamento, no transporte e na distribuição não são muito grandes. O abastecimento do mercado interno está assegurado? E as exportações, tão importantes para a balança comercial do Brasil com outros países, não estão em risco, devido à concentração geográfica da produção?

Esse assunto assume importância ainda maior pela dimensão continental do Brasil e pelas grandes deficiências em infraestrutura. Fica evidente que o conhecimento da distribuição espacial da agricultura é fundamental e estratégico para o país.

Na agricultura, assim como em outros setores, é necessária a capacidade de produzir e interpretar dados, geoestatísticas e mapeamentos, apresentados em estudos, relatórios e sistemas informatizados para o gerenciamento. A partir de levantamentos extensivos de dados e informações de várias naturezas e em diferentes escalas, o espaço geográfico passa a ser a base referencial e a unidade integradora.

O território rural é alterado por processos de expansão, concentração, intensificação, diversificação, substituição etc. E, diante da dinâmica espaço-temporal da agricultura, a gestão territorial se impõe como instrumento de planejamento, implantação e acompanhamento das políticas públicas e de setores privados. O uso de geotecnologias, convertidas em ferramentas de sistematização de informações e conhecimento, auxilia e aumenta a eficiência da gestão territorial.

A Embrapa Gestão Territorial, criada em 2011, veio para consolidar a atuação da Embrapa nessa área do conhecimento, com o compromisso de propor, coordenar e executar serviços para a gestão territorial da agricultura, em nível estratégico, através do desenvolvimento tecnológico e de soluções inovadoras, beneficiando a sociedade.

Para a efetiva gestão territorial, busca-se tornar o conhecimento do território mais acessível aos gestores para possibilitar-lhes visões estratégicas. Na gestão territorial em nível estratégico é necessário enxergar no longo prazo e além dos limites geográficos e setoriais da agricultura.

Sobre o CCAS

Conselho Científico para Agricultura Sustentável - CCAS é uma organização da Sociedade Civil, criada em 15 de abril de 2011, com domicílio, sede e foro no município de São Paulo-SP, com o objetivo precípuo de discutir temas relacionados à sustentabilidade da agricultura e se posicionar, de maneira clara, sobre o assunto.

O CCAS é uma entidade privada, de natureza associativa, sem fins econômicos, pautando suas ações na imparcialidade, ética e transparência, sempre valorizando o conhecimento científico.

Os associados do CCAS são profissionais de diferentes formações e áreas de atuação, tanto na área pública quanto privada, que comungam o objetivo comum de pugnar pela sustentabilidade da agricultura brasileira. São profissionais que se destacam por suas atividades técnico-científicas e que se dispõem a apresentar fatos concretos, lastreados em verdades científicas, para comprovar a sustentabilidade das atividades agrícolas.

A agricultura, apesar de sua importância fundamental para o país e para cada cidadão, tem sua reputação e imagem em construção, alternando percepções positivas e negativas, não condizentes com a realidade. É preciso que professores, pesquisadores e especialistas no tema apresentem e discutam suas teses, estudos e opiniões, para melhor informação da sociedade. É importante que todo o conhecimento acumulado nas Universidades e Instituições de Pesquisa seja colocado a disposição da população, para que a realidade da agricultura, em especial seu caráter de sustentabilidade, transpareça.

*Claudio A. Spadotto é Gerente Geral da Embrapa Gestão Territorial e Diretor do Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS).



Alimentos e energias sustentáveis

Mais uma vez, o Congresso da ABAG promoveu debate sobre temas estratégicos para a economia brasileira

*Antonio M. Buainain

De contatos com equipes de RH, Headhunters e Coachings ou O papel e a oportunidade de o Brasil assumir a liderança nos campos da oferta de alimentos e energia renovável de forma sustentada e crescente neste século foi o mote da 11ª edição do Congresso da Associação Brasileira do Agronegócio, ocorrido em agosto último.

As oportunidades são claras e conhecidas. Segundo a OCDE e a FAO a oferta mundial de alimentos precisa crescer 20% até 2020, e o Brasil é um dos poucos países com potencial básico para responder a este desafio. O futuro da energia renovável já não depende da disponibilidade da energia fóssil nem das oscilações dos preços do petróleo, mas das crescentes pressões da sociedade por energias limpas que mitiguem a bomba do aquecimento global.

Isso significa que, "com ou sem crise de petróleo, é fundamental ter uma participação maior das fontes renováveis no mix energético global. O Brasil saiu na frente com o biocombustível proveniente da cana-de-açúcar e a exploração dos recursos hidrelétricos e não pode perder as enormes vantagens que esse pioneirismo oferece". As oportunidades são ímpares e aqui se poderia aplicar, com propriedade, o já famoso bordão do "nunca antes neste país".

Mas aproveitá-las e transformá-las em motores de desenvolvimento sustentável exige mais que bordões e boas intenções. Para os conferencistas "a receita é conhecida, mas precisa ser colocada em prática"; chamaram a atenção para algo óbvio, mas que não é compreendido entre nós: produzir e colocar alimentos e energia renovável no mercado é um negócio complexo e arriscado, que requer investimentos vultosos, contínuos e sustentáveis em infraestrutura, inovação tecnológica, recursos humanos, gestão e instituições. Estas exigências perpassam todos os setores da economia e envolvem produtores, agroindústrias, prestadores de serviços e setor público, e por isso mesmo têm potencial para beneficiar o conjunto da sociedade.

O agronegócio brasileiro atingiu um estágio no qual já não é possível continuar crescendo sem coordenação entre os principais participantes das cadeias produtivas, incluindo o setor público. Os investimentos dos produtores dependem das condições, regras (instituições) e políticas definidas em grande medida pelo Estado.

Nos últimos dez anos, tivemos vários exemplos de impasses institucionais que atrasaram o desenvolvimento do setor, do veto velado à biotecnologia transgênica à reforma do Código Florestal, que tiveram como pano de fundo certa incompreensão sobre o papel positivo do agronegócio para a sociedade brasileira e uma forte ideologização dos debates, às vezes alimentados por setores do próprio governo.

Não se trata, naturalmente, de suprimir as diferentes visões do mundo que animam as controvérsias, sem o que não haveria democracia de fato, mas, sim, de buscar convergências, dentro do paradigma do desenvolvimento sustentável e da emergente economia verde, para criar condições para reforçar o papel desenvolvimentista do agronegócio brasileiro. Nesse sentido, os debates ocorridos no Congresso da ABAG contribuem para superar as polarizações, inúteis e paralisantes, e apontar rumos para o setor.

Em um contexto de preocupação quanto ao futuro da indústria brasileira, Luciano Coutinho (BNDES) lembrou que as cadeias produtivas do agronegócio podem contribuir, e muito, para valorizar

vários segmentos da indústria nacional e de serviços modernos que produzem meios e agregam valor à produção primária.

Para tanto é necessário "desenvolver os estímulos vitais para as cadeias crescerem com base na inovação e na utilização eficiente e sustentável dos recursos naturais, e para agregarem valor com a biotecnologia, a logística, o uso da tecnologia de informação e a aplicação de inovações nas etapas de processamento, conservação e comercialização".

De duas coisas não se duvida: do potencial brasileiro para produzir, de forma sustentável, alimentos de qualidade e seguros e energias renováveis e limpas e de que realizar esse potencial transcende o agronegócio stricto sensu e envolve toda a sociedade, nos esforços e nos benefícios.

*Antonio M. Buainain é professor do Instituto de Economia da Unicamp





**PROFISSIONAL
DO CREA,**

**AQUI VOCÊ
ENCONTRA +
VANTAGENS**



MUTUA-SP

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

0800 770 5558

www.mutua-sp.com.br



@comunicaMutua



Mútua de Assistência